



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS PICOS
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADOR: HUGO FEITOSA GONCALVES

ALUNA: MARIA DHESSY BATISTA DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DOS
AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS UMA ANÁLISE DE LITERATURA**

ALUNA: MARIA DHESSY BATISTA DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DOS
AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS UMA ANÁLISE DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao curso de **Bacharelado em**
Administração, como requisito parcial para
a obtenção do título de **Bacharel em**
Administração.

Disciplina: TCC II

Orientador: Prof. Hugo Feitosa Gonçalves

ALUNA: MARIA DHESSY BATISTA DE SOUSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CRÍTICA) NA FORMAÇÃO
DOS AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS UMA ANÁLISE DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao curso de **Bacharelado em**
Administração, como requisito parcial para
a obtenção do título de **Bacharel em**
Administração.

PICOS _____/_____/2025

Dedico este trabalho a Deus, por me guiar em cada passo desta jornada. Aos meus pais, pelo amor, apoio e incentivo incondicional.

À minha família, por acreditarem em mim mesmo nos momentos difíceis. Aos amigos que caminharam ao meu lado durante o curso.

E ao meu orientador, Prof. Hugo Feitosa Gonçalves, pela orientação e apoio.

*"A educação não transforma o mundo. A
educação muda as pessoas. Pessoas transformam
o mundo."*

— Paulo Freire, 1996

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S725i Sousa, Maria Dhessy Batista de.
 A importância da educação financeira na formação dos agentes econômicos e sociais uma análise de literatura / Maria Dhessy Batista de Sousa – 2025.
 21 f.

1 Arquivo em PDF.
 Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
 Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Bacharelado em Administração, Picos, 2025.
 “Orientador: Prof. Hugo Feitosa Gonçalves”.

1. Educação financeira. 2. Administração-agentes econômicos. 3. Consciência social. I. Sousa, Maria Dhessy Batista de. II. Gonçalves, Hugo Feitosa. III. Título.

CDD 332

Elaborada por Maria Letícia Cristina Alcântara Gomes
Bibliotecária CRB nº 03/1835



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA DHESSY BATISTA DE SOUSA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CRÍTICA) NA FORMAÇÃO DOS
AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS UMA ANÁLISE DE LITERATURA

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

(X) Aprovado(a)

() Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final.

Picos (PI), 29 de maio de 2025.



Documento assinado digitalmente
HUGO FEITOSA GONCALVES
Data: 18/06/2025 12:34:14-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Orie



Documento assinado digitalmente
JANAYNA ARRUDA BARROSO
Data: 17/06/2025 18:09:39-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

es

Memb



Documento assinado digitalmente
DEBORA GOMES GALVAO BASILIO
Data: 18/06/2025 01:14:48-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

, Dra.

Membro 2 – Débora Gomes Galvão Basílio, Dra.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, a importância da educação financeira crítica na formação dos agentes econômicos e sociais. A pesquisa discute como a abordagem tradicional da educação financeira tende a reproduzir desigualdades e perpetuar a lógica do consumo e da responsabilização individual, enquanto a perspectiva crítica propõe uma reflexão mais ampla sobre o sistema econômico, a desigualdade social e o papel do cidadão na transformação da realidade. A educação financeira crítica é, portanto, entendida como um instrumento de conscientização, empoderamento e justiça social.

Palavras-chave: educação financeira crítica; agentes econômicos; cidadania; consciência social; desigualdade.

ABSTRACT

This study aims to analyze, through a literature review, the importance of critical financial education in shaping economic and social agents. The research discusses how the traditional approach to financial education often reinforces inequalities and individual responsibility, while the critical perspective encourages a broader reflection on the economic system, social inequality, and the role of citizens in transforming reality. Critical financial education is thus seen as a tool for awareness, empowerment, and social justice.

Keywords: critical financial education; economic agents; citizenship; social awareness; inequality.

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Avaliação dos conceitos e abordagens da educação financeira	10
2.2 Educação financeira na formação de indivíduos economicamente conscientes ¹²	
2.3 Impactos da educação financeira na vida pessoal e na sociedade	13
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Parte-se da hipótese de que a educação financeira é um tema de extrema relevância nos dias atuais, considerando que o possível desconhecimento sobre conceitos básicos de finanças pessoais pode acarretar consequências negativas para a vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Embora autores como Santos (2020) defendam que a educação financeira, se incluída como disciplina escolar, poderia contribuir para uma sociedade mais desenvolvida e consciente em relação ao dinheiro, é necessário problematizar essa visão à luz da realidade socioeconômica brasileira. Afinal, que tipo de relação consciente com o dinheiro pode ser construída por famílias que não dispõem sequer do mínimo necessário para garantir sua sobrevivência, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988? Diante de um cenário é imprescindível que a educação financeira seja acompanhada de uma abordagem crítica, que leve em conta as desigualdades estruturais e a urgência por justiça econômica e inclusão social.

Estudos apontam que 78,5% das famílias brasileiras estão endividadas, sendo esse número crescente desde o período pandêmico (2020–2022). Esse aumento está relacionado à insegurança laboral enfrentada por muitos trabalhadores, à inflação persistente e, principalmente, à insuficiência de renda para garantir uma vida digna. Embora o uso do cartão de crédito seja frequentemente citado como um fator agravante, ele não representa necessariamente um mau manejo financeiro, especialmente quando os recursos estão sendo direcionados para aplicações que visam a valorização econômica (Bufalo; Pinto, 2023).

De acordo com Barzotto e Seffne (2020), o endividamento da população brasileira poderia ser significativamente reduzido se, desde a juventude, as pessoas fossem educadas para lidar com o dinheiro de forma produtiva, buscando maior autonomia financeira. No entanto, essa perspectiva tende a enfatizar a responsabilização individual, deixando em segundo plano fatores estruturais, como a contínua desvalorização da renda do trabalhador. A verdadeira liberdade financeira não se conquista apenas com controle de gastos, mas principalmente com o aumento efetivo da renda e a criação de condições socioeconômicas que permitam ao indivíduo viver com dignidade e segurança.

Sendo assim, este estudo se constrói movido pela inquietação sobre o papel da educação financeira como uma prática formativa importante desde a infância. No entanto, parte da reflexão crítica sobre os limites dessa abordagem quando desvinculada das condições materiais concretas da população. Afinal, como alcançar a chamada independência financeira quando grande parte das famílias brasileiras vivem com menos de 20% da renda mínima necessária para garantir uma vida digna, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988?

Nesse contexto, muitas vezes é necessário recorrer ao cheque especial ou ao crédito rotativo apenas para garantir o básico para a sobrevivência. Portanto, a discussão sobre liberdade financeira precisa ser acompanhada da defesa de políticas públicas que garantam o direito à renda mínima, criando as bases para que, só então, a educação financeira possa cumprir seu papel emancipador.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a relevância da educação financeira na formação de indivíduos economicamente conscientes. Cabe, porém, destacar que o conceito de “consciência financeira” adotado aqui vai além da simples gestão de gastos pessoais. Considera-se que a verdadeira consciência econômica pressupõe a compreensão crítica dos sistemas que moldam a realidade financeira dos indivíduos como o sistema salarial, o modelo tributário-fiscal regressivo e a política monetária vigente.

Não se trata, portanto, de reforçar a ideia de que a solução para o endividamento está apenas em “cortar gastos”, especialmente quando esses já não garantem sequer o mínimo existencial. A proposta, ao contrário, é refletir sobre os limites e possibilidades da educação financeira enquanto ferramenta de formação cidadã e emancipatória, desde que inserida em uma discussão mais ampla sobre justiça social e econômica.

Para tanto, este trabalho é orientado pela seguinte problemática: **como a educação financeira pode contribuir para a formação de cidadãos economicamente conscientes?** A fim de responder a esse questionamento e atingir os objetivos propostos, optou-se pela realização de uma revisão de literatura de caráter descritivo, com base em publicações de livros, artigos e revistas científicas sobre o tema, publicados entre os anos de 2020 e 2023. As principais bases de busca utilizadas foram *SciELO*, *Scopus* e *Google Scholar*.

Como resultado da pesquisa bibliográfica, identificou-se que a educação

financeira é frequentemente compreendida como o desenvolvimento de habilidades nas áreas de conhecimento financeiro, atitudes e comportamentos financeiros, práticas de poupança, gerenciamento de risco e planejamento de longo prazo. No entanto, cabe destacar que essa abordagem, majoritariamente técnica, muitas vezes desconsidera o contexto histórico, econômico e social no qual os sujeitos estão inseridos.

Assim, este estudo parte da premissa de que a chamada educação financeira não deve ser compreendida como um instrumento neutro, tampouco como um discurso moralizante voltado para o controle do consumo da população trabalhadora. Ao contrário, é necessário reconhecê-la como um instrumento cuja eficácia e sentido estão profundamente condicionados às estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes, em especial à forma como a renda é distribuída e ao modo como o capital incide sobre os salários e sobre o fundo público. Nesse sentido, a educação financeira aqui discutida busca se afastar da lógica liberal-individualista, assumindo uma perspectiva crítica e comprometida com a justiça social.

Por fim, a estrutura deste trabalho compreende: esta introdução; uma seção metodológica; e o referencial teórico, intitulado *“Avaliação dos conceitos e abordagens da educação financeira”*, no qual são apresentados e analisados os principais conceitos e correntes teóricas acerca da educação financeira, considerando diferentes perspectivas e suas implicações políticas, sociais e pedagógicas.

Na sequência da discussão teórica, explana-se sobre a **“Relevância da educação financeira na formação de indivíduos economicamente conscientes”**, abordando o papel da educação financeira no desenvolvimento da consciência financeira, que implica não apenas em uma gestão mais eficaz das finanças pessoais, mas também na compreensão crítica dos fatores estruturais que impactam as condições econômicas do indivíduo. Aqui, destaca-se que ser “consciente” das finanças não deve se limitar à simples adoção de comportamentos de poupança ou consumo responsável, mas deve englobar a percepção das condições que tornam difícil para uma grande parte da população sequer atingir a renda mínima necessária para uma vida digna, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

No último espaço do referencial, trata-se dos **“Impactos da educação**

financeira na vida pessoal e na sociedade”, com ênfase não apenas nas repercussões pessoais, como o aprimoramento da organização financeira e o empoderamento individual, mas também nas implicações sociais dessa educação. Aqui, é crucial considerar como a educação financeira pode ser uma ferramenta tanto de emancipação quanto de perpetuação da desigualdade, dependendo da forma como ela é implementada. Ao enfatizar a austeridade pessoal e a responsabilidade individual, sem abordar os fatores que condicionam rendas insuficientes e precarizadas, corre-se o risco de aprofundar ainda mais a subordinação das massas, sem que haja uma verdadeira transformação social.

Compreende-se que o assunto deste trabalho fornece insights relevantes para educadores, pesquisadores e profissionais da área de finanças, especialmente aqueles interessados em desenvolver estratégias eficazes de educação financeira. Contudo, é necessário que essas estratégias também considerem o contexto estrutural que condiciona as condições materiais das populações, para que a educação financeira não se torne um instrumento de culpabilização, mas uma ferramenta que contribua para uma mudança sistêmica e socialmente justa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação dos conceitos e abordagens da educação financeira

Segundo Domingos (2022), a educação financeira tem se tornado cada vez mais importante em um mundo cada vez mais voltado para a economia e o mercado financeiro. Compreender os conceitos e abordagens teóricas da educação financeira é fundamental para promover a conscientização e o desenvolvimento de habilidades financeiras adequadas em indivíduos de diferentes contextos sociais e econômicos.

A Educação Financeira é o caminho para a construção desse conhecimento, é neste processo que o indivíduo busca informações para lidar com o dinheiro de forma mais consciente e inteligente. O propósito é que o aprendizado seja convertido em ações, proporcionando às pessoas capacidade de fazer escolhas mais acertadas (Silva, 2021, p. 03).

Uma das maneiras de avaliar os conceitos da educação financeira é examinando a adequação, a relevância e a atualização desses conceitos em relação ao contexto econômico e social em que as pessoas estão inseridas.

Por exemplo, a educação financeira deve levar em consideração as mudanças

nos sistemas financeiros, como a digitalização e a globalização, e as mudanças sociais, como o envelhecimento da população e as desigualdades econômicas, para que possa abordar adequadamente as necessidades e desafios enfrentados pelas pessoas.

Uma das perspectivas teóricas da educação financeira, segundo Assis e Torin (2021), se baseia na ideia de que o aprendizado deve ser adaptado às diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento. Isso implica em desenvolver programas específicos para crianças, adolescentes, adultos e idosos, considerando as necessidades e experiências de cada grupo.

Além disso, é importante levar em conta os diferentes níveis de conhecimento em relação a conceitos financeiros básicos, como poupança, investimento e endividamento. Outra perspectiva teórica relevante é a abordagem comportamental, apontada por Freitas (2023), que se concentra em como as pessoas tomam decisões financeiras e como os fatores comportamentais influenciam essas decisões.

Com base nessa abordagem, programas de educação financeira podem ser desenvolvidos para ajudar as pessoas a entender melhor seus próprios comportamentos financeiros, identificar vieses cognitivos e emocionais que podem levar a uma má gestão financeira e aprender estratégias para tomar decisões mais conscientes e racionais. No entanto, é crucial que esses programas sejam formulados de maneira crítica e que considerem a complexidade das condições sociais e econômicas dos indivíduos.

Além disso, Silva (2023) também explica que a educação financeira pode ser analisada sob a perspectiva da inclusão financeira, visando garantir o acesso igualitário a serviços financeiros e promover a autonomia financeira das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, a educação financeira pode ser uma ferramenta poderosa para capacitar indivíduos, mas não pode ser vista como um fim em si mesma. Sua eficácia depende de um acesso real à renda mínima necessária para uma vida digna, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988. Sem a garantia dessa base mínima, a educação financeira se torna apenas uma medida paliativa, que não ataca as causas estruturais da desigualdade.

Outro elemento importante a ser destacado é que o debate sobre educação financeira, quando restrito a juízos de valor simplistas, perde seu caráter científico. A

abordagem tradicional tende a se concentrar apenas em aspectos comportamentais, como a necessidade de cortar gastos ou poupar mais, sem considerar a realidade de uma população que muitas vezes não possui sequer acesso à renda mínima necessária para sua sobrevivência, o que torna a educação financeira uma estratégia limitada e muitas vezes ineficaz. Para que a educação financeira tenha um impacto real, é fundamental que seja parte de uma abordagem mais ampla, que inclua a defesa de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais, como o acesso à renda mínima e à segurança social.

Em relação às teorias, diversos modelos e abordagens têm sido propostos para promover a educação financeira. Um exemplo é o “INSTRUMENTOS PARA MENSURAR ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA”, uma revisão sistemática da literatura proposta por Silva (2021), que destaca a importância de desenvolver habilidades em quatro áreas principais: conhecimento financeiro, atitude e comportamento financeiro, poupança e gerenciamento de risco, e planejamento financeiro de longo prazo.

Em suma, um estudo detalhado sobre os conceitos e abordagens teóricas da educação financeira envolve a análise de diferentes perspectivas e teorias relacionadas ao tema. Revisar literaturas acadêmicas e pesquisas existentes é fundamental para compreender as principais características e abordagens adotadas na educação financeira. Dessa forma, é possível identificar as melhores práticas e desenvolver programas eficazes para promover a conscientização e o desenvolvimento de habilidades financeiras adequadas em indivíduos de diferentes contextos sociais e econômicos.

2.2 — Educação financeira na formação de indivíduos economicamente conscientes

Para Vieira e Pessoa (2020), a educação financeira desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos conscientes em relação às suas finanças. Em um mundo cada vez mais complexo e globalizado, é essencial que as pessoas tenham conhecimentos básicos sobre como administrar seu dinheiro, economizar, investir e se proteger de armadilhas financeiras.

No entanto, é importante destacar que esse discurso sobre educação financeira não pode ser dissociado das condições estruturais que afetam a

capacidade de muitas pessoas de sequer garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência, como o acesso à renda mínima que é fundamental para uma vida digna, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Como pode uma pessoa economizar sem o mínimo necessário para atender suas necessidades básicas? Sem a garantia desse mínimo, a educação financeira muitas vezes se torna uma recomendação teórica desconectada da realidade de grande parte da população, que enfrenta condições de extrema vulnerabilidade econômica.

Portanto, a educação financeira deve ser vista não apenas como um conjunto de habilidades individuais, mas também como parte de uma reflexão crítica sobre as estruturas econômicas e políticas que moldam as condições de vida das pessoas, condicionando a sua capacidade de gerar economia e segurança financeira.

Um dos principais impactos positivos da educação financeira é a capacidade dos indivíduos de tomar decisões financeiras informadas. Ao compreender conceitos como juros, inflação, orçamento familiar e investimentos, as pessoas “podem fazer escolhas mais conscientes sobre como utilizar seu dinheiro. Isso evita gastos desnecessários, endividamento excessivo e permite uma melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis” (Teixeira, 2023, p. 3).

Além disso, para Bufalo e Pinto (2023), a educação financeira desenvolve habilidades de gerenciamento financeiro. Isso inclui a capacidade de estabelecer metas financeiras realistas, criar e aderir a um orçamento, poupar regularmente e fazer escolhas inteligentes de investimento. Essas habilidades são essenciais para alcançar a estabilidade financeira a longo prazo e realizar objetivos financeiros, como comprar uma casa, fazer uma viagem ou se aposentar confortavelmente.

Segundo Cunha (2020), existem inúmeros casos de sucesso e práticas eficazes de educação financeira implementadas em diferentes contextos. Em alguns países, a educação financeira é incluída no currículo escolar, oferecendo aos alunos uma base sólida de conhecimentos financeiros desde cedo.

No entanto, é importante questionar se o sucesso dessas práticas está realmente relacionado à educação financeira em si ou se está, na verdade, vinculado a condições mais amplas, como o acesso a uma renda mínima garantida para a população. Em contextos onde as condições materiais da população são mais favoráveis — ou seja, onde existe uma maior segurança econômica e o acesso a direitos básicos, como a renda mínima — a educação financeira pode, de fato, ter um impacto significativo na melhoria da gestão das finanças pessoais. Contudo, em

sociedades onde a população vive abaixo da linha da pobreza ou sem acesso a uma renda mínima adequada, a eficácia da educação financeira se torna limitada, pois os indivíduos não possuem recursos suficientes para aplicar os conhecimentos adquiridos.

Algumas empresas e organizações oferecem programas de educação financeira para seus funcionários, capacitando-os a tomar decisões mais conscientes sobre suas finanças pessoais. Também existem iniciativas comunitárias, como workshops e palestras, que visam fornecer informações e orientações sobre educação financeira para pessoas de todas as idades e origens sociais (Santos, 2020).

Em resumo, a educação financeira é crucial para formar indivíduos economicamente conscientes. Ela possibilita que as pessoas tomem decisões financeiras informadas, melhorem suas habilidades de gerenciamento financeiro e alcancem estabilidade e bem-estar financeiro. No entanto, é fundamental que essa consciência financeira também envolva a compreensão das desigualdades estruturais que impactam a capacidade de poupar.

É um pressuposto equivocado imaginar que a maior parte da população brasileira tem uma renda suficiente para conseguir poupar, considerando que grande parte da população vive com rendimentos que mal atendem às necessidades básicas. Sem o mínimo necessário para uma vida digna, garantir poupança ou mesmo fazer investimentos se torna uma tarefa impossível para muitos, o que limita a eficácia da educação financeira em contextos de desigualdade extrema. Portanto, para que a educação financeira realmente promova a autonomia e o bem-estar, ela precisa ser entendida dentro de um contexto mais amplo de justiça econômica, que inclua a garantia de uma renda mínima adequada.

2.3 Impactos da educação financeira na vida pessoal e na sociedade

O autor Domingos (2022), explica que a educação financeira desempenha um papel fundamental na vida pessoal de cada indivíduo e também na sociedade como um todo. Ela é capaz de transformar a forma como lidamos com o dinheiro e proporcionar uma série de benefícios, que vão desde a redução do endividamento até o fortalecimento da economia local.

Silva (2021), expõem que uma população educada financeiramente tem maior

consciência dos riscos e benefícios das decisões relacionadas ao dinheiro. Isso leva a uma redução significativa do endividamento excessivo, uma vez que as pessoas têm mais clareza sobre o impacto a longo prazo das suas escolhas financeiras. Além disso, a educação financeira auxilia na tomada de decisões mais assertivas, evitando empréstimos desnecessários e manejando corretamente as dívidas já adquiridas.

Outro aspecto importante é o aumento da poupança, como aponta Oliveira (2023). Quando uma pessoa é educada financeiramente, ela compreende a importância de poupar para o futuro e para a realização de objetivos. No entanto, esse pressuposto ignora a realidade da maior parte da população brasileira, que, devido à falta de uma renda mínima adequada para atender às suas necessidades básicas, não possui condições de poupar. Embora seja possível observar que indivíduos com o conhecimento financeiro necessário tendem a reservar parte de seus ganhos mensais, gerando uma reserva financeira para momentos de imprevistos ou necessidades futuras, essa realidade não se aplica a uma grande parcela da população que vive com rendas abaixo da linha da renda mínima necessária.

Além disso, a chamada "educação financeira", ao enfatizar a poupança e o planejamento financeiro, frequentemente desconsidera as condições materiais que impedem muitos de sequer alcançar um nível mínimo de consumo. Esse tipo de educação financeira, por mais útil que seja para aqueles com alguma margem de segurança econômica, não resolve as questões estruturais que limitam o acesso da população a uma vida digna, com rendimentos suficientes para garantir a sobrevivência, sem que seja necessário recorrer ao crédito ou a mecanismos de endividamento.

Outro ponto importante é que uma sociedade educada financeiramente também poderia desenvolver uma maior consciência sobre a importância da igualdade econômica. A educação financeira proporciona o conhecimento necessário para que a população entenda a importância de uma distribuição de renda mais equilibrada, evitando a concentração de recursos em poucas pessoas e a exclusão social. No entanto, para que essa consciência realmente se desenvolva, é necessário que os indivíduos tenham acesso a uma renda mínima que permita a construção de uma vida digna. A educação financeira por si só, sem a garantia de direitos econômicos fundamentais, como uma renda mínima, não é suficiente para

combater as desigualdades estruturais existentes.

A educação financeira é um insumo destinado a aumentar o conhecimento financeiro e a capacidade de aplicação prática desse conhecimento (ou seja, a alfabetização financeira). Um programa de alfabetização financeira bem projetado, que capte adequadamente tanto o conhecimento quanto a aplicação das finanças pessoais, pode fornecer informações valiosas sobre como a educação financeira contribui para o desenvolvimento de habilidades e práticas financeiras que podem melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos. (Silva, 2021, p. 4)

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em setembro de 2020, intitulada "Avaliação da Estratégia Nacional de Educação Financeira", revelou que 41% dos entrevistados possuíam dívidas em modalidades como cartão de crédito e crédito consignado. Além disso, 8% estavam com várias dívidas em atraso. No entanto, 75% dos participantes afirmaram que as informações sobre educação financeira não eram percebidas, e 46% não acreditavam que esse conteúdo contribuía para combater o superendividamento.

Além disso, o estudo revelou que essas pessoas têm maior capacidade de tomar decisões financeiras assertivas, como a busca de melhores investimentos e a implementação de planos de aposentadoria. Diante desses fatos, é imprescindível investir na educação financeira desde a infância. A inclusão dessa temática nas escolas, juntamente com a disseminação de informações para toda a população, pode ser uma ferramenta importante para o empoderamento financeiro. No entanto, essa abordagem não pode ser tratada como uma solução única para problemas estruturais que envolvem a superexploração do trabalho, a regressividade tributária e a expropriação do fundo público pelo capital, especialmente pelo capital financeiro. Ao culpabilizar os indivíduos por práticas de consumo irresponsável ou endividamento excessivo, corre-se o risco de desconsiderar as reais causas dessas questões, que são muitas vezes relacionadas a condições econômicas e políticas muito mais amplas.

A educação financeira, ao ser vista apenas como um meio de "cortar gastos" ou "austeridade pessoal", pode se tornar um instrumento de responsabilização individual, sem lidar com as causas estruturais do endividamento. O aumento da austeridade pessoal, longe de promover a prosperidade social, pode diminuir a demanda interna, reduzir o investimento e levar ao aumento do desemprego, o que diminui a dinâmica econômica e a prosperidade interna. Em vez de promover uma

sociedade mais equilibrada e próspera, essa abordagem pode aprofundar as desigualdades e intensificar a recessão econômica.

Portanto, para que a educação financeira tenha um impacto real na sociedade, é fundamental que ela seja acompanhada de políticas públicas que garantam uma distribuição mais justa da renda e a promoção de um sistema tributário progressivo, além de um fortalecimento da proteção social para os mais vulneráveis. A verdadeira prosperidade social não se baseia apenas na responsabilidade financeira individual, mas também na promoção de uma economia mais justa, que garanta a todos as condições para viver de forma digna e participativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a efetivação deste artigo a metodologia utilizada corresponde à revisão de literatura de caráter narrativo guiada pelas pesquisas explicativa e exploratória, numa abordagem qualitativa.

Nesta perspectiva, então, realiza-se a investigação da temática aqui escolhida, analisando de maneira crítica e reflexiva as diversas interpretações sobre o assunto, buscando alcançar uma nova compreensão do tema. Para tanto, fez-se necessário adotar uma abordagem metodológica, e a escolhida foi a qualitativa, que, segundo Polit et al. (2020, p. 30), permite explorar a profundidade das questões em estudo por meio de uma análise subjetiva e contextualizada.

Sendo assim, alia-se este estudo ao uso da pesquisa explicativa que “ocupa-se de narrar, identificar os fatores que justificam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno. Ou seja, “explica o porquê das coisas” (Vianello, 2021, p. 47) e ainda se recorre à pesquisa exploratória utilizada segundo Gil (2022, p. 23) “quando pretende-se explorar um campo de conhecimento ainda pouco discutido e que, por isso, faz-se importante buscar uma gama de fontes de informações maior para o sucesso da investigação científica”.

Esses elementos somam-se à metodologia da revisão de literatura, também conhecida como pesquisa bibliográfica, para evidenciar as querelas em torno da temática escolhida para este artigo. Diante disso, cita-se Santaella (2023, p. 171) para explicar que a revisão de literatura de caráter narrativo “é, sobretudo, um percurso crítico que deve ter em mira a pergunta que se quer responder, realizando considerações, interpretações e escolhas, explicando e justificando sempre em

função do problema posto pela pesquisa.

Diante disso, explica-se que os materiais e métodos adotados foram artigos, teses, dissertações e livros sobre o assunto entre os anos de 2020 e 2023 disponibilizados nas plataformas *Scielo*, *Scopus* e *Google Scholar* utilizando palavras-chave como "educação financeira", "finanças pessoais" e "educação financeira nas escolas". Os estudos selecionados foram analisados e sintetizados em uma estrutura lógica para a construção do *papper*.

Compreendeu-se que a educação financeira envolve o desenvolvimento de habilidades em áreas como conhecimento financeiro, atitude e comportamento financeiro, poupança e gerenciamento de risco, e planejamento financeiro de longo prazo. Desse modo, pressupõe-se que essa atividade é fundamental para a formação de indivíduos economicamente conscientes e para a promoção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Assim, a relevância da educação financeira na formação de indivíduos conscientes em relação às suas finanças foi destacada, com a análise dos impactos positivos dessa educação na capacidade dos indivíduos de tomar decisões financeiras informadas e nas habilidades de gerenciamento financeiro.

Os impactos da educação financeira na vida pessoal e na sociedade também foram abordados, mostrando que a educação financeira pode levar a escolhas mais informadas e conscientes, pressupondo melhores resultados financeiros e maior bem-estar geral. Além disso, os reflexos da educação financeira na sociedade podem ser observados em várias dimensões. Embora o conhecimento financeiro possa, em certa medida, ajudar os indivíduos a tomar decisões mais informadas e responsáveis, é fundamental considerar que esses efeitos dependem de uma série de condições estruturais, como o acesso a uma renda mínima, a progressividade do sistema tributário e políticas públicas que promovam a inclusão financeira.

Dessa forma, podemos afirmar que os objetivos descritos no texto foram alcançados, uma vez que foi possível realizar uma análise crítica de parte da literatura sobre a importância da educação financeira na formação de indivíduos economicamente conscientes e identificar os principais aspectos teóricos e práticos da educação financeira. Espera-se que este estudo forneça *insights* relevantes para educadores, pesquisadores e profissionais da área de finanças interessados em desenvolver estratégias eficazes de educação financeira em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Samuel Alves de.; TORIN, Edmilson Minoru. Desvelando diálogos entre educação financeira e educação matemática crítica: uma pesquisa envolvendo dissertações de mestrados profissionais. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, Londrina (PR), v. 14, n. 2, p. 212-221, 2021. Disponível em: <https://jie-em.pgsskroton.com.br/article/view/9131>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNE, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232209/001133419.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BUFALO, D.; PINTO, R. Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, (Campinas), v. 28, p. e023023, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/tJxQRnsvdYtY9xMz9Wvwb/#>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e218463, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrFFgxDbgyxt/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação Financeira Uma Ciência Comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. e341217, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i4.1217. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1217>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FREITAS, Alexandre Miserani; BICALHO, Rachel F. Sette. Os reflexos da economia comportamental no superávit econômico. **Conecta-Revista Interdisciplinar da Faculdade Arnaldo Janssen**, v. 1, n. 2, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2-º ed. 2022.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa: métodos, avaliação e utilização. 17. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

OLIVEIRA, Maria Clarissa dos Santos. **Educação financeira e as decisões sobre consumo, investimento e poupança dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2023.

SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores. 15ª edição. 2023.

SANTOS, S. Martielle; DIB NOUR, Alfredo. Educação Financeira: Aprendizagem De Progressões Geométricas Aplicadas Aos Juros Compostos Na Perspectiva Da Educação Matemática Crítica. **Revista Prática Docente**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 45–64, 2020. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n1.p45-64.id607. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/478>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, Bárbara Conceição da. **Educação financeira escolar: desafios e potencialidades nos anos iniciais**. 2023.

SILVA, Marden Nilton Rodrigues da. **Revisão sistemática de intervenções de educação financeira e suas avaliações**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas)-Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TEIXEIRA, Pedro Augusto Andrade. **Educação financeira: análise do endividamento e inadimplência familiar no Brasil**. 2023.

VIANELLO, L. **Pesquisa explicativa**. Rio Grande do Sul. SRCF. 3ª edição revisada. 2021.

VIEIRA, G. S.; PESSOA, C. A. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais?
Financial education around the world: how are national strategies organized?. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 658–688, 2020. DOI: 10.23925/1983-3156.2020v22i2p658-688. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 12 jul. 2024.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA

1. Identificação do material bibliográfico:

[] Monografia [x] TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Administração

Centro: Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

Autor(a): Maria Dhessy Batista de Sousa

E-mail (opcional): _____

Orientador (a): Hugo Feitosa Goncalves

Instituição: Universidade Federal do Piauí - CSHNB

Membro da banca: Janaina Arruda Barroso

Instituição: Universidade Federal do Piauí - CSHNB

Membro da banca: Debora Gomes Galvao Basilio

Instituição: Universidade Federal do Piauí - CSHNB

Titulação obtida: Bacharelado em Administração

Data da defesa: 29/ 05/ 2025

Título do trabalho: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CRÍTICA) NA
FORMAÇÃO DOS AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS UMA ANÁLISE DE
LITERATURA

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [x]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos Data: 01/ 07/2025

Assinatura do(a) autor(a):



* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).